

TEXTO 5: EIXO TEMÁTICO – FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Por um sistema financeiro mais solidário: uma breve reflexão sobre as Finanças Solidárias no Brasil.

Andrea Viana Faustino¹

“Segundo diz o provérbio, dinheiro gera dinheiro. Quando se tem um pouco de capital, muitas vezes é fácil conseguir mais. O grande problema é conseguir este pouco inicial”. Adam Smith, A Riqueza das Nações.

Esta breve reflexão sobre as Finanças Solidárias no Brasil surgiu a pedido do Fórum Catarinense de Economia Solidária, com vistas a complementar o material para o debate sobre este recente tema, o qual ganha mais espaço em nosso cotidiano pela sua importância e urgência.

A esfera do tema em questão é repleta de nuances. Seria muita pretensão querer abordá-lo em sua totalidade nestas poucas páginas. Desta forma salienta-se que não serão tratados aqui os inúmeros problemas e dificuldades inerentes ao processo para acesso ao crédito, seja através dos bancos comerciais, dos agiotas ou de quaisquer outras fontes. O objetivo neste momento ímpar, que oportuniza a discussão para as plenárias, é dar atenção, mesmo que de forma sucinta às potenciais soluções, “à luz no fim do túnel”.

Com certeza, para que um empreendimento econômico e solidário possa iniciar ou expandir sua capacidade de produção e/ou prestação de serviços, o mesmo necessita de recursos monetários. Dependendo do montante necessário, pode tanto originar-se dos próprios recursos dos empreendedores, quanto de um fundo solidário, ou ainda de empréstimos com amigos/familiares, em bancos comerciais, em bancos comunitários de desenvolvimento ou em cooperativas de crédito.

Mas não é só do acesso ao dinheiro que as Finanças Solidárias se faz. O grande diferencial das experiências de Finanças Solidárias é que elas são caracterizadas pela proximidade, pois derivam de sistemas de reciprocidade e de ajuda mútua que reatam e fortalecem os laços comunitários. O que ocorre quando a concessão de crédito e a oferta dos demais serviços financeiros são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização com base em relações de confiança e em princípios da economia solidária. Desta forma a inclusão social é potencializada e qualificada.

Os efeitos na comunidade local são admiráveis, se levada em consideração uma outra lógica que não a capitalista, ou seja, com o foco na valorização do ser humano. A conquista da auto-estima e de condições mínimas de dignidade humana é oportunizada pelo desenvolvimento de talentos e dons antes sufocados pela falta de pequenos montantes monetários. Um novo sentido é vivenciado, quando a própria população pode trazer à consciência o quanto é relevante seu papel de protagonista nas atividades que operam melhorias em seu ambiente de existência.

A área de Finanças Solidárias é ampla e diversificada. Caracteriza-se por intermediar o acesso aos serviços e recursos do sistema financeiro de forma democrática, ética e solidária, com vistas a priorizar os excluídos do sistema bancário e fortalecer o trabalho social. Porém constata-se a existência não só de finanças solidárias para a população miserável e indigente, a qual pode-se chamar de Finanças Solidárias Populares, mas também contempla outros públicos e apresenta-se sob diversas formas com suas características específicas: poupança solidária, fundos éticos de investimento, fundos solidários, cooperativas de crédito, clubes de trocas solidárias entre outros.

¹ A autora desenvolve, desde 1999, trabalhos na área de Economia Solidária com ênfase em Trocas Solidárias-TS, Grupos de Consumo Responsável, Sensibilização e Formação de Multiplicadores em Economia Solidária. É integrante do NESOL/UFSC - Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária da Universidade Federal de Santa Catarina; é participante do FCES - Fórum Catarinense de Economia Solidária; e também do MNTS - Movimento Nacional das Trocas Solidárias. Tem graduação em Economia pela UFSC, cujo tema da monografia foi: “O Crédito Popular sob a ótica das Finanças Tradicionais, Microfinanças e Finanças Solidárias: O Caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza – CE”. Coordena em SC o Projeto de Promoção ao Desenvolvimento Local e Economia Solidária – PPDLES (Unb/SENAES-MTE/MMA/MDS). Contato: ventolunar_andrea@yahoo.com.br

Dentre estes outros públicos, pode-se incluir os que já detêm de antemão certa parcela de capital e que necessitam expandir seus negócios de forma ‘saudável’, ou seja, com juros baixos, bons prazos e sem recorrer aos agiotas. Existem as empresas recuperadas, organizadas e geridas conforme os princípios da Economia Solidária, e que geralmente necessitam de grandes montantes de capital. E há também o exemplo dos fundos éticos de investimento, em que as pessoas podem aplicar em ações de empresas socialmente responsáveis.

O campo das finanças solidárias encontra-se em construção quanto à definição das diversas ações que desempenha. Para efeito desta reflexão adota-se a compreensão que a SENAES/MTE está edificando neste terreno a partir do: i) cooperativismo de crédito; ii) crédito orientado; iii) fundos solidários e iv) bancos comunitários.

i) Cooperativismo de Crédito Solidário

Das 1460 cooperativas de crédito autorizadas a atuar no país, 165 são integrantes da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária. A ANCOSOL é composta pelo Sistema ASCOOB (BA), Crehnor (PR, RS, SC), Crescer (GO), Credsol (ES), Cresol Baser (PR e SC), Cresol Central (RS e SC), Integrar (AL e CE) e Ecosol (SP, MG, PR, RS, SC, CE, PA, BA e PE).

Tem como função principal intermediar negociações entre seus associados e os principais agentes financeiros brasileiros (BNDES, Banco do Brasil, BACEN, bancos privados); o Poder Público; as redes sociais sindicais (CUT, CONTAG, FETRAF e MPA); as ONGs (Visão Mundial, Assocene, Cetra, MOC, ADS e Deser); e outras representações do cooperativismo (Unicafes, Unisol e a Concrab) com fins de garantir renda e trabalho, em especial à agricultura familiar, através da viabilização de recursos de fontes oficiais ou dos próprios cooperados. Em face de sua crescente importância o BACEN tem trabalhado na regulamentação desta atividade.

ii) Crédito Orientado

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi instituído pela Lei 11.110 de 25 de abril de 2005, com objetivos de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado para garantir o fortalecimento institucional destas e a efetiva prestação de serviços aos empreendedores populares. No PNMPO podem atuar como instituições repassadoras: bancos públicos e privados detentores de depósitos à vista; bancos oficiais já autorizados a operar com recursos do FAT (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Basa e BNB); cooperativas de crédito; SCMs e OSCIPs, desde que estabeleçam contato direto e presencial com os microempreendedores.

iii) Fundos Solidários

Os Fundos Solidários provêm da captação de recursos monetários de parte dos lucros de empreendimentos já consolidados, que tenham produção baseada em práticas e culturas locais (principalmente na forma de associações e cooperativas). Estes EES previamente recebem financiamento não retornável (apoio financeiro a fundo perdido) e, de antemão, acordam em financiar a ampliação de projetos existentes ou novas iniciativas produtivas locais. Estas experiências estimulam a participação para definir prioridades e destino dos recursos na comunidade e promovem um maior comprometimento com a sustentabilidade dos fundos.

Alguns exemplos: o Programa de Geração de Renda da Pastoral da Criança, entre 1989 e 2006, apoiou mais de 1.100 projetos produtivos solidários beneficiando 16.000 famílias de baixa renda com recursos do BNDES, SEBRAE, MDS e da extinta LBV; o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários no nordeste brasileiro, em execução desde 2005, apóia 17 fundos solidários onde já foram investidos R\$ 1,6 milhão pela SENAES/MTE e o Banco do Nordeste; o Programa por 1 Milhão de Cisternas, de iniciativa da sociedade civil – com recursos da Articulação do Semi-árido do Brasil – ASA, MDS e FEBRABAN; e, o Projeto Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional – Prosan, de Minas Gerais, teve início em 2003, por iniciativa do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional- Consea financiou um total de 475 projetos beneficiando mais de 25.000 famílias.

iv) Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)

A Rede dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento - RBCD atualmente é composta por 13 unidades e está em expansão. Concentra-se principalmente no Estado do Ceará, onde surgiu a metodologia de implementação, a partir do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia. O Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas foi o primeiro a ser implementado em 1998 e é reconhecido tanto a nível nacional como internacional por ser uma experiência com bons resultados econômicos e sociais. Com a devida ênfase, promove o alcance dos objetivos propostos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A partir das experiências de BCD são utilizados metodologias e instrumentos financeiros sob a lógica da valorização do ser humano, como o sistema de juros e crédito evolutivos, concessão de crédito em moeda social como circulante local e em moeda formal, Método Fomento, cartão de crédito para uso local, entre outros. O que auxilia o fluxo real da economia de um território através da produção, comércio, trocas e outras atividades econômicas gerando renda, trabalho, maior circulação das riquezas e desenvolvimento. Este estímulo ocorre para além da dimensão puramente mercantil (econômica), acontece também nas diversas esferas do bem estar individual e coletivo.

Vale ressaltar que o uso da moeda social como circulante local permite aos habitantes dos territórios expostos à vulnerabilidade, a conquista de dignidade e auto-estima. Também possibilita a transformação de uma condição de pobreza dependente, para um outro patamar que se refere à participação econômica e social ativa.

Conforme um estudo realizado pela Universidade Estadual do Ceará, com os moradores do bairro/favela no ano de 2000, percebe-se a ocorrência de aspectos positivos relacionados tanto ao próprio ânimo dos moradores quanto no que se refere à imagem do Banco Palmas na localidade. Na pesquisa registra-se um aumento de 40% nas movimentações do comércio devido ao aumento de unidades monetárias em circulação. E ainda, que 58% das pessoas ingressantes no banco adquiriram mais respeito na comunidade; 83% desenvolveram maior auto-confiança; 82% começaram a se sentir mais responsáveis; 54% tornaram-se mais solidárias; 86% passaram a ter mais esperança; 75% adquiriram maior estímulo para a vida; 95% consideram o Banco Palmas um agente erradicador da fome e promotor de emprego e renda e 96% dos entrevistados consideram o banco, no mínimo, bom

Finalizando esta reflexão, vale atentar para um detalhe importante com relação ao crédito popular, pois há de forma sutil uma apropriação recíproca pelas finanças tradicionais, microfinanças e finanças solidárias tanto do discurso quanto das metodologias utilizadas. Para as finanças tradicionais, o aumento da bancarização facilita o acesso aos serviços financeiros básicos para as pessoas de baixa renda, desde que estas sejam idôneas. Não se voltam necessariamente à população pobre e indigente que está impossibilitada de oferecer contrapartidas bancárias significativas, salvo algum ou outro caso específico, como um exemplo na cidade de São Paulo em que os 'sem teto' que exercem alguma função geradora de renda podem ter conta em banco.

De fato, o foco principal das instituições bancárias tradicionais continua o de ampliar o mercado consumidor a fim de obter lucros. Neste caso, a obtenção de ganhos de capital se faz com a oferta de pequenos valores em grande quantidade para um potencial mercado que representa cerca de 68% dos domicílios com renda de até 5 salários no Brasil. Em suma, o sistema financeiro tradicional através da bancarização almeja o lucro por meio do aumento de seus negócios. Por mais que se aproprie do discurso da inclusão social, são os objetivos do mercado capitalista que movem suas ações de inclusão monetária.

Diante do exposto, atenta-se que para a formação de um sistema financeiro social e solidário, baseado nos princípios da economia solidária, é necessária a criação de um marco regulatório para os instrumentos e instituições envolvidos. Este marco deve ser construído coletivamente com transparência, precisão e adaptado à realidade dos empreendimentos econômicos solidários. Como exemplo desta realidade peculiar, destaca-se que 46% dos empreendimentos da Economia Solidária mapeados pelo SIES (2005) não são cadastrados na Receita Federal e, portanto não podem exercer legalmente as atividades de mercado.

Como já é de conhecimento, a Economia Solidária é fundamentada nos pilares da cooperação, autogestão/autonomia, CONFIANÇA, ética, sustentabilidade, proteção ao meio ambiente, solidariedade e igualdade na relação produção/consumo. Não se trata de utopia, pois apresenta-se efetivamente no cotidiano de muitas pessoas nesta fase de transição e transformação, pela qual o planeta Terra e todos os seus habitantes estão passando. Este movimento de Economia Solidária busca melhores condições de vida através da construção coletiva, do empoderamento e da distribuição da riqueza. Não só a riqueza material, como também a riqueza inerente ao ser, no que se refere aos dons e talentos a serem descobertos e, também a felicidade de realizar-se como ser humano. Realização esta que se dá através de relações mais próximas, verdadeiramente qualificadas, com respeito e amorosidade seja no trabalho, na comunidade, ao consumir, ao comercializar, ao trocar. Afinal a troca é o princípio da vida, é que fazemos desde o primeiro momento após o nascimento até nosso último momento por aqui. Então meus caros continuemos fortes na caminhada, pulsando unidos num só coração.



Mais informações:

www.fbes.org.br
www.money.socioeco.org
www.monnetta.org
www.appropriate-economics.org
www.redesolidaria.org.br
www.socioeco.org
www.instrodi.org
www.lets.net
www.sies.mte.gov.br
www.forumdemicrofinancas.org.br
<http://clubesdetrocas.org>
www.momomo.org
www.redesolidaria.com.br
www.grameen.org
www.unesco.org.br/